

## MINERADORA ALCOA: TERRITÓRIO E CONFLITO NO MUNICÍPIO DE JURUTI-PARÁ-AMAZÔNIA-BRASIL

Otávio do CANTO<sup>1</sup>  
Jalcione ALMEIDA<sup>2</sup>  
Rodolpho Zahluth BASTOS<sup>3</sup>  
André FARIAS<sup>4</sup>  
Júlio MENEZES<sup>5</sup>

63

### Resumo

Este texto versa a respeito dos estudos relativos ao território e conflito no município de Juruti, localizado no oeste do estado do Pará, Amazônia brasileira. Trata-se de resultado de pesquisa desenvolvida desde 2006, ano no qual a mineradora ALCOA começou, efetivamente, sua instalação no município. Fato que promoveu uma nova organização do território para atender aos fins da empresa: exploração e exportação de bauxita. Esse processo, entretanto, tem provocado conflito e gerado altos níveis de insatisfação entre as lideranças locais.

**Palavras chave:** Amazônia. Território. Conflito. Alcoa.

### SOCIÉTÉ MINIÈRE ALCOA: TERRITOIRE ET CONFLIT DANS LA VILLE DE JURUTI-PARÁ-AMAZONIE-BRÉSIL

### Résumé

Ce texte porte sur les études relatives au territoire et conflit dans la ville de Juruti, située à l'ouest de l'état du Pará, en Amazonie brésilienne. Il s'agit des résultats de recherche développés depuis 2006, l'année où la société minière ALCOA commence effectivement à s'installer dans la ville et, de ce fait, a mis en place une nouvelle organisation territoriale pour répondre aux fins de l'entreprise: l'exploitation et l'exportation de bauxite. Ce processus provoque néanmoins des conflits débouchant sur des niveaux élevés de mécontentement parmi les dirigeants locaux.

**Mots-clés:** Amazonie. Territoire. Conflit. Alcoa.

## INTRODUÇÃO

A *Aluminum Company of America* (ALCOA) foi criada no final do século XIX, nos Estados Unidos, e tornou-se líder mundial na produção de alumínio. Na América Latina, conta com mais de sete mil funcionários. No Brasil, opera desde 1965 e possui mais de 6.000 funcionários.

Em 2000, a ALCOA obteve o direito de explorar a mina de bauxita de Juruti e, a partir de 2009, passou a exportar tal bauxita, mesmo em meio às críticas e conflito territorial com a sociedade local.

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (PPGEDAM/NUMA/UFPA). e-mail: [docanto@ufpa.br](mailto:docanto@ufpa.br)

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). e-mail: [jal@ufrgs.br](mailto:jal@ufrgs.br)

<sup>3</sup> Professor do PPGEDAM/NUMA/UFPA. e-mail: [rzl@ufpa.br](mailto:rzl@ufpa.br)

<sup>4</sup> - Professor do PPGEDAM/NUMA/UFPA. e-mail: [ala.defarias@gmail.com](mailto:ala.defarias@gmail.com)

<sup>5</sup> Aluno da UFPA. e-mail: [menezes\\_julio@yahoo.com.br](mailto:menezes_julio@yahoo.com.br)

Foi a partir de 2005 que a Alcoa passou a promover intervenções sistemáticas tanto na zona rural quanto na zona urbana do município, destacando-se a execução dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA), exigência da legislação brasileira para licenciar projetos minerários de grande monta. A partir de então, os contatos se tornaram mais frequentes, muitos deles amistosos e outros bastante conflituosos, impondo (re)organização territorial importante ao município.

Um investimento na ordem de R\$ 3 bilhões de reais passou a promover mudanças territoriais no município de Juruti, alterando os arranjos produtivos e modos de vida locais. Assim, ao perceber que o território estava sendo transformado rapidamente para atender aos comandos impostos pela velocidade e exigências do cronograma da mineradora, a sociedade local se organizou e reivindicou explicações relativas ao presente e ao futuro.

As lideranças locais, apoiadas pelo movimento social, passaram a exigir esclarecimentos da empresa pelas incertezas e dúvidas relativas ao futuro da população do município. Tal fato também promoveu reação das comunidades rurais, principalmente das que mais se sentem prejudicadas - incluindo as comunidades ribeirinhas do lago Juruti Velho - fundamentalmente por meio da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE).

Nessa perspectiva, o "Projeto de Pesquisa Juruti" (PPJUR), que vem sendo desenvolvido desde 2006, estabeleceu como uma de suas metas o estudo do conflito territorial e o nível de satisfação das lideranças locais em relação ao "Projeto Juruti Sustentável" da ALCOA. Assim sendo, este trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada com o envolvimento de 117 lideranças do município de Juruti.

## **O PROBLEMA**

Em 2005, foram realizados os estudos que resultaram no relatório de impacto ao meio ambiente, o EIA/RIMA. Esse documento, necessário para obtenção da licença prévia e, conseqüentemente, da instalação do "Projeto Mina de Bauxita de Juruti", foi elaborado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC) e apontou cerca de 50 fatores geradores de impactos, considerando as três fases do empreendimento da mineradora ALCOA.

Na primeira fase, correspondente à instalação do projeto, o estudo apontou 18 fatores geradores de impactos, entre eles: divulgação da obra; recrutamento e contratação de mão de

obra e serviços de terceiros; negociação com os superficiários para aquisição ou servidão da terra; mobilização de máquinas, equipamentos, insumos e pessoas; abertura e/ou melhorias de vias de acesso; implantação de canteiros de obra; remoção de cobertura vegetal, etc.

Na segunda, que se referente à fase de operação do projeto, apontou 24 fatores geradores de impacto, entre eles: continuação da remoção da cobertura vegetal para extração do minério; salvamento da camada orgânica do solo; decapeamento da jazida; extração do minério por escavação mecânica; carregamento e transporte do minério; britagem primária, lavagem e peneiramento; deposição de rejeitos em bacias de adensamento; transporte para área do porto por ferrovia, etc.

A terceira, constituída pela desativação do projeto, apontou seis fatores geradores de impacto, entre eles: recuperação definitiva das áreas alteradas e revegetação; remoção das instalações, insumos e resíduos; dispensa de mão de obra, etc.

O estudo também apontou a engenharia, com seus múltiplos suportes, como metodologia capaz de realizar a exploração do minério e recuperar a área degradada por meio do aparato técnico que um projeto dessa ordem exige. Definiu os limites do que chamou de Área de Impacto Direto e Área de Impacto Indireto e, além disso, apontou as ações de cunho social e ambiental necessárias. Entretanto, embora aprovado pelas autoridades competentes, a exemplo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), hoje Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), responsável pelo licenciamento, tornou-se objeto de questionamento por parte da sociedade civil organizada, uma vez que, à medida que a instalação do "Projeto Mina de Bauxita de Juruti" avançava, as lideranças locais percebiam que o EIA/RIMA, previamente aprovado em audiência pública e pela SECTAM, não contemplava diversos interesses sociais locais, gerando problemas de diversas ordens.

A partir de então, o conflito territorial entre a empresa e os setores da sociedade civil que sentiam-se lesados, passaram a ser manifestador de maneira cada vez mais contundente - a exemplo das grandes manifestações de rua, lideradas pela ACORJUVE. Além disso, a sociedade local (fundamentalmente a rural) passou a perceber que à medida que avançavam as instalações da mina, a ALCOA gradativamente era territorializada e se impunha sobrepondo-se aos territórios preexistentes - como os de caça, pesca, extração florestal e de roças e roçados. Tal territorialização ocorria sem que muitos dos antigos ocupantes tivessem sido adequadamente compensados, fato gerador de disputas e níveis elevados de insatisfação.

O acirramento do conflito territorial, embora não tenha sido expresso de maneira violenta (armado), pode ser visualizado pelo nível de insatisfação em relação ao funcionamento do projeto de mineração e seu baixo retorno social e econômico, de acordo as lideranças locais entrevistadas.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados em duas etapas: a primeira privilegiou as experiências acumuladas por meio dos trabalhos de campo anteriores à formalização do Projeto de Pesquisa Juruti (PPJUR), em 2009, que passaram a ser chamados de "campos exploratórios". A segunda privilegiou os passos do PPJUR. Assim sendo, destacam-se as seguintes etapas: reconhecimento das áreas investigadas; mapeamento das áreas de interesse da pesquisa e seu entorno; reflexão relativa à forma de chegada junto aos ambientes e às pessoas que ali habitavam, do mesmo modo que os mais adequados instrumentos de pesquisa para cada situação identificada.

Posteriormente, foi enfocada a identificação dos grupos de sujeitos mais importantes no contexto geral da problemática de pesquisa. Esses grupos de sujeitos são os "porta-vozes" do movimento geral que passou a ser vivido no município de Juruti, a partir da instalação e funcionamento do Projeto Mina de Bauxita de Juruti. Assim, foi possível chegar ao primeiro agrupamento de sujeitos: empresarial, comunitário, administração pública, associações e sindicatos. Além disso, para reforçar a representatividade de visões a respeito da problemática, preferiu-se introduzir mais um grupo de escolha aleatório, constituído por pessoas apontadas como "de notória influência sobre a formação de opinião pública no município" e que não estivessem enquadradas como representantes de nenhuma das cinco categorias acima definidas (ex: professor(a), advogado(a), religioso(a), estudante, entre outros).

Após essa etapa e minuciosa observação das complexas relações institucionais nos arranjos, que vão da escala lugar à escala mundo, procurou-se fazer um segundo agrupamento de sujeitos que, ao mesmo tempo, contemplasse os grupos anteriormente definidos, mas facilitasse a organização dos campos para a realização das entrevistas, potencializando tempo, recurso e eficiência na coleta das informações. Por essas razões, realizou-se um novo arranjo organizacional para as entrevistas, pelo qual foram definidos cinco grupos de sujeitos com o



total de 117 entrevistas, das quais 113 foram gravadas no sistema DVD e quatro apenas registradas em caderno de campo, a saber:

I- membros e/ou lideranças das “comunidades do centro” – Projetos de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Socó I e Nova Esperança (37 entrevistas);

II- membros e/ou lideranças das “comunidades ribeirinhas” do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) do INCRA, Juruti Velho (35 entrevistas);

III- membros e/ou lideranças das “comunidades varzeiras” dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas do INCRA, nas áreas de várzeas (4 entrevistas não gravadas);

IV- membros do Conselho Juruti Sustentável – CONJUS (20 entrevistas);

V- lideranças locais e outros membros da sociedade civil (21 entrevistas).

Vale ainda esclarecer os seguintes aspectos:

a) “comunidades do centro” estão localizadas às margens das estradas, cuja ideia de “centro” está ligada ao interior da floresta e distanciada do rio, o Amazonas, no caso. As “comunidades ribeirinhas” do PAE Juruti Velho são aquelas que vivem às margens dos lagos Juruti Velho e do Miri. As “varzeiras” estão localizadas nas várzeas;

b) a identidade dos entrevistados foi substituída pela sua condição de “liderança”, de “comunitário(a)”, de “membro” ou de sua “ocupação”. Essa condição resultou do acordo entre o pesquisador e o entrevistado, momentos antes de cada entrevista, motivado principalmente por questões de segurança e para evitar possíveis constrangimentos, intimidações ou perseguição ao entrevistado, uma vez que se trata de um conflito em curso, e alguns desses sujeitos já haviam sofrido ameaças, inclusive de morte, com suspeitas de que tenham partido de grileiros e/ou madeireiros. É importante esclarecer que não há registro desse tipo de ameaça por parte da mineradora ALCOA;

c) maior parte das entrevistas foi feita em 2011, com os seguintes percentuais: 2010 (14,53%), 2011 (81,20%) e 2012 (4,27%);

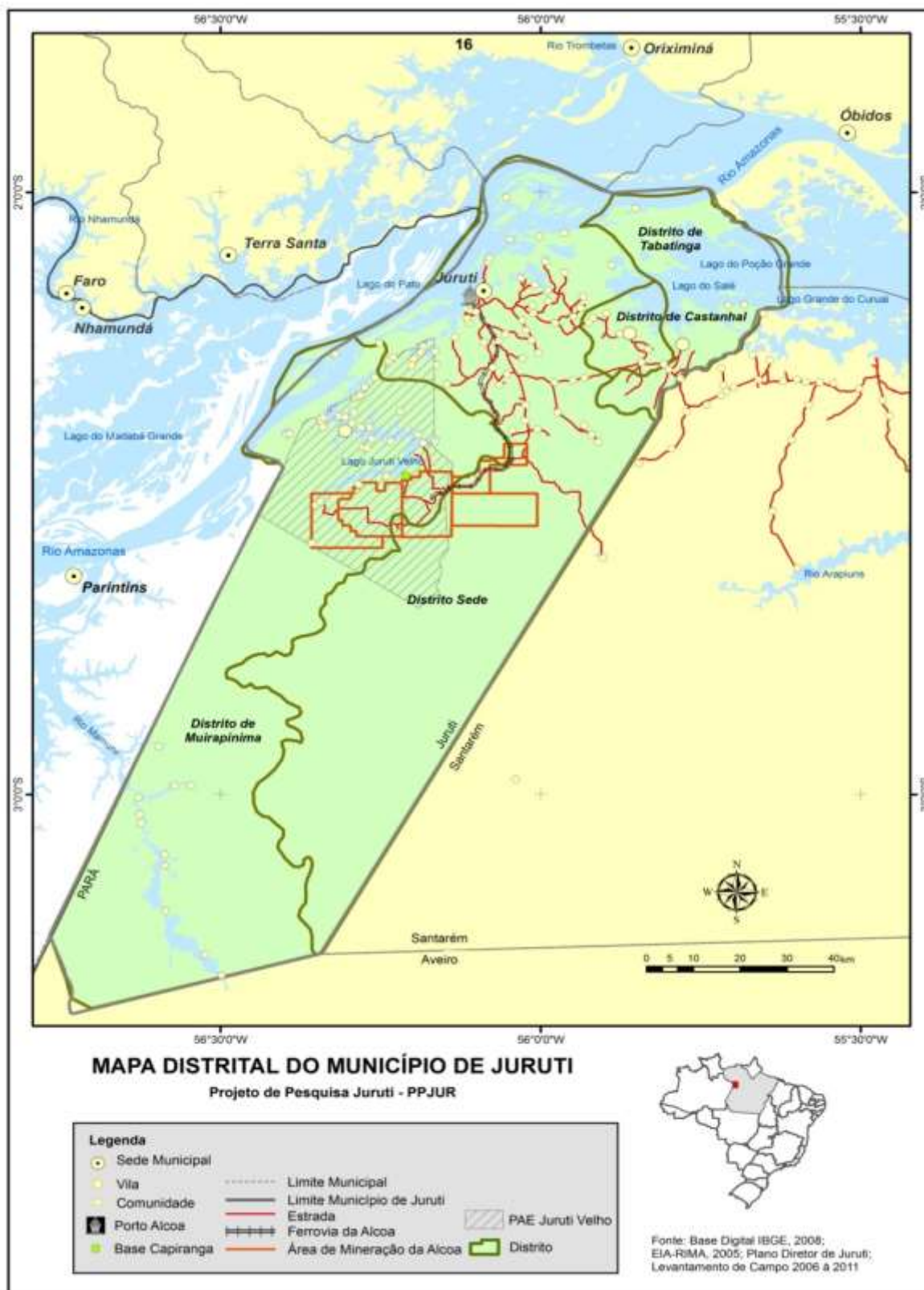
d) O “nível de satisfação sobre as atividades da ALCOA” foi resultado da análise das entrevistas e, para isso, foram considerados os seguintes critérios:

- entrevistas que apresentam somente críticas ao projeto de mineração da ALCOA (incluindo os que se mostraram muito revoltados e admitiram não gostar de falar sobre o assunto). Esta situação foi entendida com nível de satisfação “muito baixo”;

- entrevistas que apresentam críticas moderadas ao projeto de mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “baixo”;
- entrevistas que apresentam críticas seguidas de ponderações em relação ao projeto de mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “médio”;
- entrevistas que apresentam elogios seguidos de ponderações em relação ao projeto de mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “alto”;
- entrevistas que apresentam defesa do projeto da mineração da ALCOA foram entendidas com nível de satisfação “muito alto”.

Outro aspecto importante da pesquisa foi a espacialização das entrevistas, uma vez que o município de Juruti abrange uma área de 8.305,1 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010) e, para efeitos administrativos e de organização do serviço público, foi dividido, pela Lei n. 996/2010, de 15 de setembro de 2010, em quatro distritos administrativos: Tabatinga, Castanhal, Muirapinima e Distrito-Sede (Figura 1). Assim, depois de várias incursões ao município de Juruti, tomou-se a decisão de estabelecer como recorte específico da área para efeito das entrevistas os Distrito Sede e Distrito de Muirapinima, onde está localizado o Projeto Agroextrativista Juruti Velho, definidos na figura 1, e palco dos maiores conflitos entre a mineradora ALCOA e sociedade local. Não obstante, as escalas municipal, estadual e mundial foram consideradas a cada momento que se fizeram necessárias para a interpretação do problema de pesquisa, uma vez que parte das decisões de um dos principais sujeitos do conflito territorial, a ALCOA, foi tomada em escala não local.

Figura 1 - Mapa distrital do município de Juruti, 2012.



Fonte: Mapa elaborado pelo Projeto de Pesquisa Juruti (PPJUR), utilizando a Base Digital do IBGE (2008); Plano Diretor de Juruti (2006) e Pesquisa de campo (2006 a 2012),2012.

## TERRITÓRIO E CONFLITO NA CHEGADA DO ESTRANHO

No início da década de 90, José de Souza Martins publicou o livro intitulado “A chegada do estranho”. Entre outras questões, o autor aborda a sociedade como algo permeado por estranhos; não somente por dominados e pobres, mas também por dominadores. Inclusive aqueles que criam mecanismos de apropriação das terras e expulsam seus antigos habitantes, destroem relações sociais e apartam os sujeitos dos seus espaços de vivência, ou seja, dos seus territórios abrigo (Santos, 2005), transformando-os em território recuso sob controle por parte do estranho, muitas vezes de modo brutal e violento.

Aqui a expressão “chegada do estranho” está sendo aplicada para expressar a chegada da mineradora ALCOA no município de Juruti, justamente pela chegada de uma forma de apropriação e uso do território diferente daquelas conhecidas pela sociedade local ao longo da história.

Em documento de 2009, intitulado “Mina de bauxita de Juruti: balanço das ações e resultados socioambientais”, a mineradora registra, de maneira muito clara e objetiva, a preocupação em relação à sustentabilidade das suas atividades, reforçando o slogan “Sustentabilidade é a nossa natureza”.

Ademais, apresenta o “Modelo de Sustentabilidade Alcoa”, no qual são destacados três aspectos: “sucesso econômico” da empresa, “excelência ambiental” e “responsabilidade social”, sempre na perspectiva de “transparência”, “governança” e “ética”. Portanto, de acordo com esse “modelo”, a boa convivência com as comunidades faria parte da “própria natureza” da mineradora. Entretanto, segundo entrevista realizada em 2011, a liderança entrevistada se manifestou da seguinte maneira:

**Liderança:** [...] a gente não era respeitado pela ALCOA. Quando eles chegaram aqui em 2000, corriam de alto a baixo [...] em reunião da Igreja (Católica) foi decidido verificar o que o pessoal queria aí [...]. Se não me engano, em 18 de fevereiro de 2001 ou 2002 mandamos ofício em nome da Omnia Minérios. Veio um cidadão que representava a Omnia Minérios, um da ALCOA na pessoa do Charles [Charles Ferreira – então Superintendente de Meio Ambiente da ALCOA em Juruti] e a Senior [Senior Engenharia], que prestava serviço para eles. O assunto foi o que eles estavam fazendo aqui? Quem eram eles? Aí eles foram se identificar [...], explicar que o interesse deles era minerar, exploração de bauxita, que eles não queriam nada do que estava em cima da terra... Aí eu disse, mas me diga uma coisa, pra vocês chegarem lá onde vocês querem [...] vocês têm que esculhambar tudinho aqui o solo [...], então vocês vão fazer um dano perigoso aí pra nós [...]. O temor que eu tenho aqui é de vocês expulsarem todos esses ribeirinhos daí... (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 17 de junho de 2011).



A prestadora de serviço Senior Engenharia, desde o início das atividades em Juruti, tinha como prática a contratação de membros das comunidades locais por reconhecer que os comunitários eram profundos conhecedores dos ecossistemas locais e, por isso, úteis como mateiros e para auxílio aos profissionais responsáveis pelas pesquisas que apoiariam a futura implantação da mina.

A pesquisa ouviu diversos comunitários que haviam trabalhado na Senior Engenharia e percebeu que o mais comum entre eles era o desconhecimento do real objetivo do trabalho que realizavam. Alguns deles revelaram que sabiam apenas que o serviço para ajudar a cavar poços era para extração de amostras de minério nas adjacências do lago Juruti Velho. Contudo, demonstraram não fazer a menor ideia da magnitude do empreendimento e nem a respectiva capacidade de transformação do espaço de vivência de cada um deles. Alguns hoje lamentam a ausência de conhecimento que tinham naquele momento, fato que acabou facilitando o envolvimento de muitos deles com os discursos e ofertas de funcionários ou de agentes contratados pela mineradora:

**Liderança:** A ALCOA, quando chegou para querer agradar, para querer se implantar [...], é a história dos portugueses quando chegaram ao Brasil. Eles fizeram pequenos trabalhos na comunidade, tipo [...] trabalho de meio ambiente [...], faziam sorteio de sandálias havaianas, lanternas, bicicletas e o povo começou a acreditar (Entrevista realizada pelo pesquisador na Vila Muirapinima, Juruti-PA, no dia 18 de junho de 2011).

O conflito estabelecido entre mineradora e sociedade local tem origem no interesse minerário que começa com os pedidos de autorização de pesquisa junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), o titular, autorizado a processar a pesquisa em prazo de dois ou três anos, dependendo da substância mineral (Artigo 3º, da Portaria DG DNPM n. 392/04.), poderá criar canal de diálogo com os chamados superficiários que, na verdade, são proprietários individuais (arrendatários, fazendeiros, unidades familiares rurais, etc.), unidades familiares organizadas em comunidades rurais e comunidades organizadas em projetos de assentamentos.

Ao apresentar às lideranças locais, às entidades civis e ao poder público local os dados do DNPM relativos aos interesses minerários no território de Juruti, foi constatado total desconhecimento sobre o assunto. As pessoas ouvidas não sabiam, por exemplo, que o território municipal já está zoneado pelos interesses minerários de empresas e de particulares, salvo exceção das áreas da mineradora ALCOA e para a mineradora VALE, principalmente naqueles locais onde tensões foram estabelecidas entre comunitários e essas empresas.

A situação relativa ao interesse minerário dessas empresas chama atenção para o fato de que as comunidades rurais de Juruti passaram a conhecê-lo quando as empresas já se encontravam no interior do seu território abrigo, provocando conflito que se arrasta desde então. Ainda que, para a ALCOA, não haja conflitos, como pode ser notado no trecho da entrevista abaixo:

**Pesquisador:** Há conflito entre a ALCOA e as comunidades rurais de Juruti?

**Representante da ALCOA:** Não! A gente não tem conflito! Eu posso te dizer que hoje eu não usaria a palavra conflito. A gente já passou por conflito no Juruti Velho. Hoje eu vejo que há divergências e ainda há uma herança de uma sociedade que era mantida sob um regime assistencialista, e isso tende a mudar, mas é um processo também. Conflito?... Não vejo conflito. (Entrevista realizada no escritório da ALCOA, Juruti-PA, no dia 13 de junho de 2011).

Por outro lado, não é o que pensa o representante da ACORJUVE:

**Pesquisador:** Há conflito entre a ALCOA e as comunidades rurais de Juruti?

**Liderança:** Sim! Estamos sempre em conflito... Eles já provaram que não são bons vizinhos. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, no dia 16 de junho de 2011).

Tampouco o que revelou uma liderança da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Muirapinima, ao se manifestar sobre o futuro de Juruti Velho:

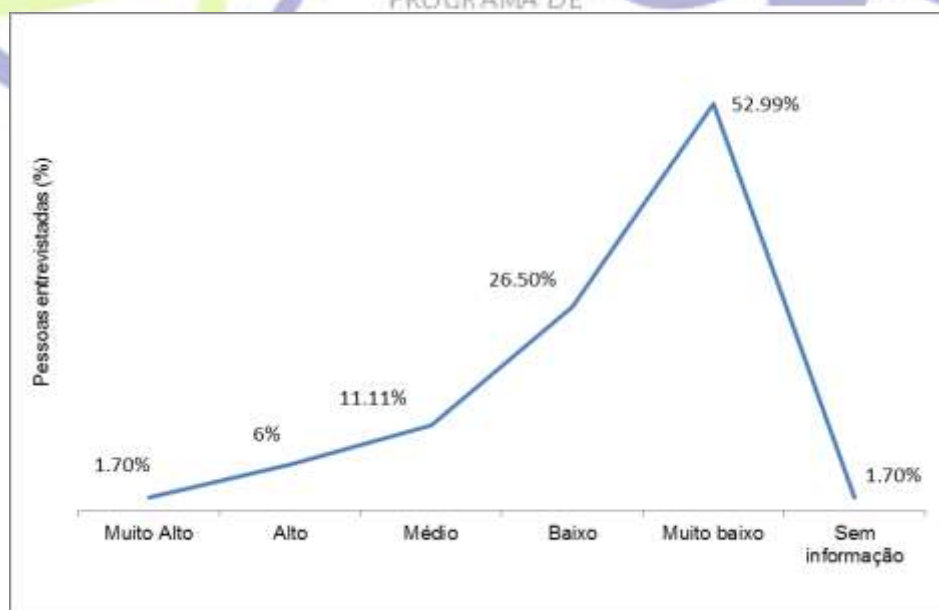
**Pesquisador:** O Futuro?... Como o senhor vê o futuro para Juruti Velho?

**Liderança:** O nosso futuro [...], dos meus filhos [...], dos meus netos ainda está na nossa responsabilidade [...]. Se ninguém se preocupar hoje, eles não vão mais conhecer tracajá [...], veado, cutia, porco catitu [...], então isso traz muitos conflitos, porque há uma mineradora muito forte e bem aqui perto de nós. Estamos encostados nela através da nossa união, da nossa força, pedindo a Deus que a gente tenha coragem pra dizer a verdade pra eles. Tem embate muito forte... [...], foi dito pelo presidente da ALCOA nos Estados Unidos [...], que nós vamos ser vizinhos, mas nós não vamos ser amigos [...], porque se eles passarem 30 ou 40 anos. Vão ser 40 anos de briga. (Entrevista realizada na Vila Muirapinima, PAE Juruti Velho, Juruti-PA, no dia 5 de julho de 2011).

O acirramento dos conflitos entre comunidades e profissionais a serviço da ALCOA para execução de pesquisas minerais nos municípios de Juruti e Santarém fez a empresa, juntamente com a Matapu – Sociedade de Mineração Ltda (vale esclarecer que o endereço dessa mineradora pertence à ALCOA, ou seja, Enseada do Lago Grande de Juruti, s/n., Porto Capiranga, Juruti, Pará), ajuizar ação na Justiça Federal (Subseção Judiciária de Santarém), em agosto de 2010. A ação foi ajuizada contra a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE) e mais de 20 comunitários, entre eles, lideranças como o Sr. Teófilo Gomes Borges, da comunidade Retiro, e Manoel Magno Marques, da comunidade São Francisco do Aruã, ambas localizadas próximo ao limite entre Juruti e Santarém.

Essa forma de relação estabelecida pode evidenciar o nível de conflito entre comunidades e a mineradora ALCOA, ou seja, uma condição que vem sendo mediada pela Justiça. Diante desse quadro, é possível entender que a proposta “Juruti Sustentável” - idealizada pela mineradora - é fragilizada e tornou-se apenas um instrumento figurativo para a sociedade local. Isso pode ajudar na compreensão do porquê da insatisfação entre as lideranças entrevistadas no município de Juruti

Quando se observa o nível de satisfação por categoria de entrevistados, nota-se percentuais elevados variando entre 45% a 100% de insatisfação (definida pelos níveis “baixo” e “muito baixo”) em relação à atuação da mineradora ALCOA. Assim, os resultados percentuais por categorias são os seguintes: Comunidades do Centro (Projeto de Assentamento Nova Esperança) - 100%; Comunidades do Centro (Projeto de Assentamento Socó I) - 96%; Projetos Agroextrativistas (Balaio, Valha-me Deus, Santa Rita, e Paraná de Dona Rosa) - 100%; Projeto Agroextrativista (Juruti Velho) - 85,71%; Conselho Juruti Sustentável (CONJUS) - 45%; lideranças locais e outras lideranças da sociedade civil - 73,67%.



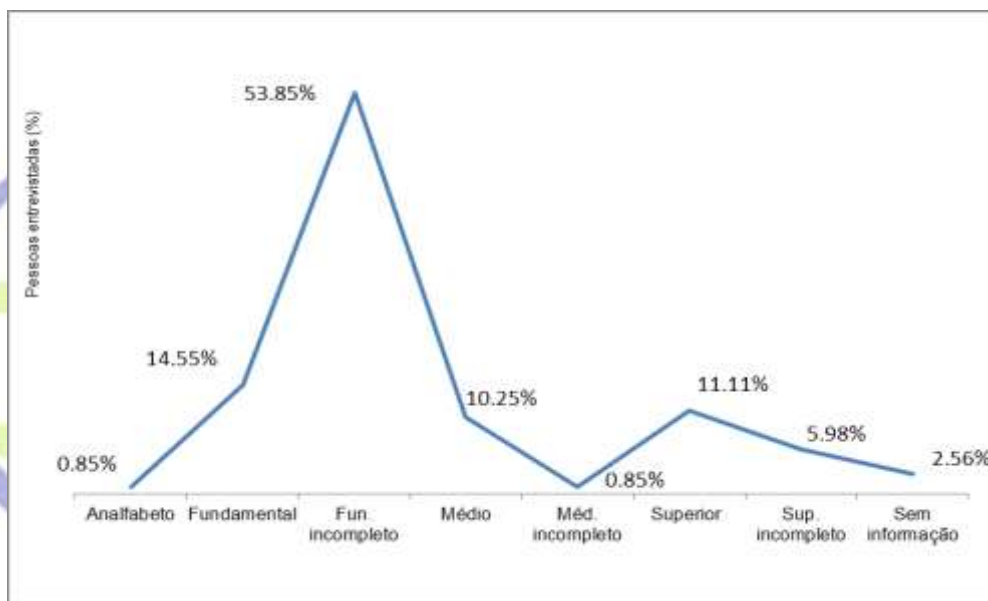
**Figura02:** Nível de satisfação em relação à ALCOA: Pessoas entrevistadas pela pesquisa, Juruti-Pará, entre dez. de 2010 e mai. de 2012.

**Fonte:** Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR, 2015.

Considerando, entretanto, o nível geral das categorias sociais entrevistadas durante a pesquisa, com 117 entrevistas realizadas entre dezembro de 2010 e abril de 2012, a insatisfação (definida pelos níveis “baixo” e “muito baixo”), atingiu aproximadamente 80%,

dado que demonstra a fragilidade do chamado "Projeto Juruti Sustentável", criado pelas empresas de consultoria da mineradora ALCOA. Os dados podem ser visualizados na figura 2 acima.

Por outro lado, do total dos entrevistados, 69,25% cursaram, no máximo, o Ensino Fundamental completo; 11,1%, no máximo, o Ensino Médio completo, e 11,11%, o Ensino Superior, sendo que este grupo conta com pessoas atraídas pelo projeto de mineração da ALCOA.



**Figura 3:** Nível de escolaridade das pessoas entrevistadas pela pesquisa, Juruti-Pará, entre dez. 2010 e mai. de 2012.

**Fonte:** Projeto de Pesquisa Juruti - PPJUR, 2015.

Os dados relativos à escolaridade, dispostos no gráfico, são reveladores, ou seja, demonstram claramente um baixíssimo nível educacional das lideranças locais e, sobretudo, colocando-os em desvantagem relação aos representantes dos interesses da mineradora ALCOA, entre eles advogados e outros profissionais de alta formação acadêmica. Essa condição produziu, durante o processo de negociações, fundamentalmente pelo direito de uso da terra, uma enorme assimetria entre os sujeitos envolvidos potencializando os conflitos entre os sujeitos interessados. Essa condição, inclusive, pode ser constatada por meio da fala de lideranças locais, assim:

**Liderança:** [...] Todo mundo tinha histórico de posse, só que eles (ALCOA) alegaram que a gente tinha direito a um palmo de terra. De um palmo pra baixo era do governo, e quem não quisesse negociar, eles iam trabalhar ao redor. Aí, com o tempo, aquilo ali ia ficar sem valor e a gente não ia ter como sair dali... Aí foi o jeito, foi uma pressão. Sair da Terra Preta foi uma verdadeira pressão. (Entrevista



realizada na comunidade Nova Esperança, PA Nova Esperança, Juruti-PA, no dia 8 de fevereiro de 2011).

**Liderança:** Aqui nós fomos pressionados sem ter ninguém pra nos orientar a dizer não, não aceitar a oferta que eles (ALCOA) queriam dar pra nós [...]. Quem nos representava era aquele tal de Eládio, que trabalhava para a ALCOA. Aí ele chegou a dizer pra nós que se não quisesse pegar o dinheiro que eles queriam dar pra nós, a gente ia perder o direito porque a gente não tinha documento, não tinha nada da nossa terra, a terra era do Governo e eles já estavam autorizados para tirar a bauxita. Aí foi que muitas pessoas tiveram que pegar o dinheiro né? [...] Não tinha ninguém pra nos orientar [...] O seu Carlinhos [...]. Foi ele que entregou todos nós pra ALCOA mesmo. Ele primeiro orientou que quando fosse pra fazer a negociação tinha que fazer tudo em grupo, pra que nenhum recebesse menos do que o outro, mas depois acho que eles se deram bem [...]. Ele nos abandonou e não orientou mais nada, cada um ficou por si [...]. Aí todo mundo aceitou a oferta dele (Brício). Aí, quando foi lá (escritório da ALCOA) eu falei: o senhor não falou, seu Brício, que o senhor ia pagar por unidade de planta? Como o senhor resolveu embolar tudinho e fazer só num preço, eu falei para ele [...] Ele me obrigou a alugar esta casa pra nós morar aqui e depois nós compramos e nós abandonamos lá. Me obrigou (Brício) porque eles tinham que fazer a ponte lá e tinha minha meninada [...]. Me obrigou a vir pra cá. (Entrevista realizada na comunidade Santo Hilário, PEAEX Curumucuri, Juruti-PA, no dia 8 de dezembro de 2010).

**Pesquisador:** Quem é o Brício?

**Liderança:** Ele era o gerente de Sustentabilidade da ALCOA e era ele que fazia a negociação, era ele o mediador das negociações. Então toda negociação era ele quem fazia [...] tudo era fechado lá dentro do escritório com ele. Então lá ele manipulava as pessoas, a gente fazia perguntas pra ele, mas ele nunca respondia a pergunta que a gente fazia pra ele, porque ele era treinado pra fazer esse trabalho e a gente nunca conseguia ouvir uma resposta correta do Brício, porque a gente fazia uma pergunta pequena pra dizer um objetivo concreto e ele fazia um arroteio de quase uma meia hora de sermão de conversa e a gente acabava esquecendo o que a gente tinha perguntado e a gente não entendia nada do que ele respondia pra gente, era aquela enrolação toda... (Entrevista realizada na comunidade Santo Hilário, PEAEX Curumucuri, Juruti-PA, no dia 8 de dezembro de 2010).

Essa condição, que tem sido característica dos processos de negociação entre grandes empreendimentos minerários e populações locais na Amazônia. Entretanto, torna-se indispensável o acompanhamento pelo poder público, para evitar maiores prejuízos das ultimas, isto é, se a sociedade pretende promover o chamado "desenvolvimento sustentável", condição em que se possa zelar pelo desenvolvimento socioambiental, gerenciando democraticamente os conflitos e, conseqüentemente, o território. Não obstante, alguns esforços têm sido realizado, um deles está vinculado ao licenciamento de instalação e funcionamento, mas ainda distante do desejado, pelo menos em relação ao licenciamento do projeto da ALCOA, em Juruti.

O processo de licenciamento do Projeto Mina de Bauxita de Juruti exigiu a realização de várias audiências públicas, expressando o grau de disputa que o licenciamento envolveu. Em março de 2005, ocorreu a maior das audiências públicas vinculadas ao processo de

licenciamento do projeto de mineração em Juruti com a participação de seis mil pessoas (ALCOA; INSTITUTO PEABIRU, 2009), de acordo com os promotores do evento. Essa audiência foi organizada pela SECTAM como necessidade de legitimação do licenciamento. Várias instituições se fizeram presentes, como: Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); além de outras instituições governamentais e não-governamentais.

Os trabalhos de campo para esta pesquisa mostraram que a grande participação das pessoas, principalmente das comunidades rurais, foi motivada pelo estado de insegurança que se instalou entre elas, marcadamente depois que funcionários e pessoas contratadas pela empresa passaram a fazer pequenas reuniões nas comunidades, principalmente nos dois meses que antecederam às audiências. Nessas reuniões, segundo dados levantados nos trabalhos de campo, representantes da ALCOA criaram uma esfera de insegurança relativa à possibilidade de perda das terras pelos comunitários. Por outro lado, criou-se uma grande euforia favorável à implantação do projeto, condição gerada pelo discurso desenvolvimentista e da “oportunidade para todos”, cultivado pela empresa e seus aliados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se com frequência entre as lideranças que habitam a cidade, a avaliação de que o maior problema provocado pela instalação e operação da mineradora ALCOA ocorre pelo não cumprimento das promessas por parte da empresa - principalmente as relativas às oportunidades econômicas para “todos”. Por isso, expressam grande insatisfação, uma vez que sentem-se lesados por terem acreditado e apoiado o processo de instalação da mineradora no município. Inclusive alguns personagens aderiram ao chamado “Movimento 100% Alcoa”, arquitetado pela empresa em contraposição ao chamado “Movimento 100% Juruti”, liderado por setores sociais da cidade insatisfeitos com as condições impostas pela mineradora no processo de instalação e reclamavam a falta de um amplo diálogo com a sociedade jurutiense.

Por outro lado, para as comunidades rurais pesquisadas, o maior conflito ocorre em razão da apropriação e uso da terra, condição fundamental para assegurar o seu território abrigo e o seu território recurso. Para elas, a manutenção dos territórios por várias gerações sempre foi seu grande desafio. Mas, na década de 2000, devido à chegada da mineradora

ALCOA, a luta pela regularização fundiária tornou-se o epicentro das reivindicações coletivas entre muitas comunidades do município de Juruti, mais especificamente na região de Juruti Velho. A partir desse momento, cada vez mais os comunitários envolveram-se em lutas coletivas, e a regularização fundiária passou a ser um dos instrumentos indispensáveis para reivindicar e negociar com a empresa. Não obstante, o cenário do conflito territorial teve dimensão ampliada com a chegada da ALCOA que somou aos vários outros sujeitos sociais já em situação conflituosa no município.

Vale ainda salientar que a maioria das pessoas envolvidas na pesquisa não se manifesta contrária à implantação e operação do projeto da mineradora ALCOA. Tais sujeitos acreditam na importância do processamento. Todavia, questionam a forma de atuação da empresa, principalmente a partir da sua operação.

A pesquisa pôde concluir que a maior parte dos questionamentos feitos é relativo ao modelo de operação implantado pela empresa e não à exploração da bauxita em si. Portanto, fica evidenciado a fragilidade do chamado "Projeto Juruti Sustentável" criado e divulgado mundialmente pela ALCOA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOA. **Relatório de sustentabilidade 2004**: responsabilidade social, excelência ambiental, sucesso econômico. Juruti, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Programa de qualificação profissional do Projeto Juruti**. Juruti: Alcoa, 2007. Disponível em <<http://www.ALCOA.com.br>>. Acesso em: nov. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Conexão Local**: desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno. Juruti, 2008. Disponível em: <<http://www.alcoa.com.br>>. Acesso em: nov. 2009.
- \_\_\_\_\_. **O maior desafio**: conquistar diariamente o direito de operar o empreendimento garantindo a sustentabilidade. Belém, 2008. Disponível em: <<http://www.alcoa.com.br>>. Acesso em: nov. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Mina de bauxita de Juruti**: balanço de ações e resultados socioambientais. Juruti, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Mina de Juruti**: perguntas & respostas, [2010-2011?, p.3?]. Disponível em: <[http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom\\_page/environment\\_juruti\\_faq.asp](http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti_faq.asp)>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- ALCOA investe US\$ 1,5 bilhão no meio da selva. **O Estado de São Paulo, São Paulo, [p.1?], 13 de julho de 2009**.
- ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE JURUTI VELHO (ACORJUVE). **Estatuto social da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - ACORJUVE**: Vila Muirapinima, Juruti-PA. Juruti, 2004.
- BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Decreto n. 6.040, Art. 30**. 7 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Composição e forma de trabalho da equipe de consultores serão escolhidos com a participação da comunidade. 2010. Disponível em: <[www.noticias.pgr.mpf.gov.br](http://www.noticias.pgr.mpf.gov.br)>. Acesso em: 20 de set. 2010.

\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). **Sistemas**. [2011?]. Disponível em: <<http://sistemas.dnpm.gov.br>>. Acesso: 15 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. **Guia do minerador, regime de autorização e de concessão**. 2012. Disponível em: <[http://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/Guia/Guia\\_2.htm](http://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/Guia/Guia_2.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2012.

CANTO, O. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007. (Col. Eduardo Galvão).

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES (CNEC). **Relatório de impacto ambiental do Projeto Juruti**: Identificação, caracterização e avaliação de impactos ambientais. Juruti, 2005.

\_\_\_\_\_. Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONSÓRCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSTRUTORES (CNEC). **Programa de ordenamento urbano da cidade de Juruti**. Juruti, 2006.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Ata da primeira assembléia geral do Conselho Juruti Sustentável**. Juruti, 2008.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **O que é o Conselho Juruti Sustentável?**. Juruti, 2009.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Boletim do CONJUS**. Juruti, CONJUS, n. 1, abr. 2010a.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Boletim do CONJUS**. Juruti, CONJUS, n. 2, jun. 2010b.

CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL (CONJUS). **Boletim do CONJUS**. Juruti, CONJUS, ano 2, n. 2, jun. 2010c.

FALESI, I.; SILVA, B. **Ecosistema de várzea da região do Baixo Amazonas**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GEOFISICA BRASIL. **Balço da mineração** [2009?]. Disponível em: <<http://www.geofisicabrasil.com/mineracao.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.

HAGER, A. et al. **Projeto Juruti**: determinação do tempo ótimo de implantação. Juruti, 2009. Disponível em <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Base digital**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Plano de Utilização (PU) do PAE Juruti Velho**. Santarém: 2007.

MARTINS, J. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

McGRATH, D. et al. Varzeiros, grileiros e o manejo dos recursos “naturais” na várzea do Baixo Amazonas. **Paper NAEA**, Belém, n. 4, p. 1-20, 1991.

MONZONI, M. (Org.). **Juruti sustentável**: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: FGV; Juruti: ALCOA; São Paulo: FUNBIO, 2008.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística municipal**: Juruti. Belém: IDESP, 2011.



- \_\_\_\_\_. Ministério Público do Pará. **Ministério Público ajuíza ação contra Alcoa por poluição de igarapés em Juruti.** Santarém, [2009?]. Disponível em: <www.amazonia.org.br>. Acesso em: 13 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. [Licenças para Alcoa]. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, 6 set. 2010; 5 ago. 2011; 2 dez. 2011. 2011.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Regiões de Integração do Pará.** [2009?]. [p.01?]. Disponível em: <http://www.seir.pa.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Terras do Pará. **Plano de Utilização (PU) do PEAEX Curumucuri.** 2010. Mimeografado.
- PERROUX, F. **A economia do século XX.** Lisboa: Herder, 1966.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., jul. 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora, 2000a. p.103-109.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000b.
- \_\_\_\_\_. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, ano6, n. 16, p.1-12, jun. 2005a.
- SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A.; SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. [p. 1-20?].
- \_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. [p. 1-20].